geral

Editor: Deivison Ávila
geral@jornaldocomercio.com.br

Escala 6x1 deve elevar custos de escolas privadas no Estado

Sinepe/RS avalia que as mensalidades possam ter um reajuste de 20%

/ EDUCAÇÃO

Jamil Aiquel
jamil@jcrs.com.br

ISABELLE RIEGER/JC



Sindicato aconselha cautela aos gestores nas definições dos reajustes

A transição para a nova escala de trabalho, que estabelece cinco dias de atuação para dois de descanso, instaurou um cenário de indefinição financeira e estrutural nas escolas particulares do Rio Grande do Sul. O Sindicato do Ensino Privado no Estado (Sinepe/RS) avalia que a mudança encarece significativamente a folha de pagamento e, somada à inflação, pode resultar em um aumento de até 20% no próximo ano letivo.

O principal fator que impulsiona essa estimativa é a inclusão de um segundo dia de descanso semanal remunerado, que afeta principalmente a remuneração de professores horistas. Com a alteração, o acréscimo no salário desses profissionais pode variar de 20% a 23%, elevando o custo total da folha em até 15%.

Diante dessa projeção, o presidente do Sinepe/RS, Oswaldo Dalpiaz, considera inviável transferir todo o encargo para as famílias. "Repassar aos pais este índice é impraticável e injusto", avalia, ressaltando a falta de poder aquisitivo para absorver o impacto.

Dalpiaz afirma que, historicamente, o mês de outubro é marcado pela segurança no planejamento econômico das escolas, que costumavam basear seus repasses apenas na inflação e em planilhas de custos consolidadas. Contudo, argumenta que a emenda constitucional criou um impasse ao instituir um segundo dia de descanso sem detalhar a fórmula matemática para o pagamento de profissionais horistas.

A incerteza está sendo debatida por advogados do setor e concentra-se no cálculo do Descanso Semanal Remunerado (DSR), que é um valor extra pago ao trabalhador pelo seu dia de folga. Atualmente, no regime de seis dias de trabalho para um de descanso (6x1), o professor recebe o DSR equivalente a um sexto (1/6) do valor de todas as horas-aula que ele trabalhou na semana.

A nova lei garante dois dias de descanso por semana, mas Dalpiaz afirma que o texto esqueceu de criar uma regra específica ou detalhar qual fórmula matemática deve ser usada para pagar esses dias para quem recebe por hora. Como essa diferença matemática altera substancialmente o impacto financeiro para os colégios, há receio na aplicação da norma.

Justamente por essa falta de clareza, o sindicato aconselha cautela aos gestores na definição das taxas de 2027. "O Sinepe está orientando para que ninguém se adiante em relação a alguma imposição da nova lei", orienta o presidente.

Outro obstáculo gerado pelas novas regras envolve o cumprimento da exigência legal de 200 dias de carga horária anual. Instituições da educação básica e de ensino superior utilizam tradicionalmente os sábados para feiras, eventos e aulas regulares. Assim, o presidente argumenta que a impossibilidade de usar esses dias sem gerar custos extras pode atrasar o término do ano letivo.

Fim da escala não deve impactar o calendário escolar

Ana Gonzalez
ana.teixeira@jcrs.com.br

O setor agora debate a possibilidade de uma alteração no calendário escolar. O cenário projetado por algumas entidades é de uma ampliação do ano letivo, com o início das aulas ainda em janeiro e o fim das atividades na época do Natal.

Hoje em dia, no Rio Grande do Sul, as aulas geralmente acontecem entre a metade de fevereiro e o meio de dezembro. Caso a projeção se concretize, isso resultaria em uma diminuição no período das férias escolares. A mudança seria ocasionada pela obrigatoriedade do cumprimento da carga horária mínima exigida por lei.

Segundo o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), no entanto, a alteração no ano letivo não deve ser sentida de maneira brusca no Estado.

De acordo com o presidente do Sinepe/RS, Oswaldo Dalpiaz, possíveis ajustes no calendário de escolas privadas gaúchas em decorrência da transição para a escala 5X2 devem ocorrer ainda dentro do mês de fevereiro.

"Se for necessário, possivelmente as instituições de ensino anteciparão o retorno às atividades em uma ou duas semanas, sem necessidade de iniciar o ano letivo em janeiro", avalia.

Em outros estados, no entanto, o cenário pode ser diferente, destaca o sindicato, especialmente naqueles onde o ano letivo costuma ter início no final de janeiro.

A mudança mais palpável, segundo o Sinepe/RS, deve ser sentida em outros aspectos da organização dos calendários letivos, como a revisão dos chamados feriados-ponte, os feriadões, que costumam ser concedidos pelas escolas.

"As escolas têm autonomia para organizar seus calendários, desde que cumpram a exigência legal de, no mínimo, 200 dias letivos anuais", conclui Dalpiaz.

Prefeitura prevê que obra na saída do Túnel da Conceição comece em 2027

/ INFRAESTRUTURA

A prefeitura de Porto Alegre está projetando a reforma do Túnel da Conceição, na rua Sarmento Leite, no Centro Histórico. O edital para a licitação da obra foi publicado nesta segunda-feira. O trabalho será coordenado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Smoi) e, a expectativa é que o contrato seja assinado até o final do ano, para que a obra comece até o início de janeiro do ano que vem. As intervenções devem começar logo após a empresa vencedora assinar os termos exigidos pelo Executivo.

Em nota, a prefeitura diz que a sessão pública ocorrerá no dia 26 de novembro, às 14h. As empresas interessadas em participar do certame devem estar previamente cadastradas no portal de compras públicas. O critério de julgamento será pela técnica e preço.

Conforme o secretário da Smoi, André Flores, foi feito um ajuste no edital, que, em maio deste ano, havia tido só uma empresa participante - que acabou desistindo. "Conversamos com o mercado para entender porque eles não tinham participado. Fizemos alguns ajustes na questão do pavimento e da região. A expectativa é que saia a obra, que é muito importante para a mobilidade da cidade. É uma região com bastante movimento, que atinge diretamente a universidade, dois hospitais, a rodoviária, o acesso ao Centro e a chegada na cidade. Com isso, podemos melhorar bastante a mobilidade da Capital", afirma.

A obra prevê drenagem, pavimentação, acessibilidade e passeio público, sinalização, recomposição florestal e paisagismo. A intervenção está estimada em R$ 2.978.239,70.

Nesse cenário, vale ressaltar que o valor destinado também é de emendas parlamentares para a elaboração do projeto, sendo, R$ 250 mil do vereador - eleito deputado federal - Jessé Sangalli (PL), R$ 50mil do vereador suplente Alexandre Bobadra (PL), R$ 1.297.206,00 da deputada federal Any Ortiz (PP). A contrapartida financeira da prefeitura é de R$ 1.425.960,23.

Conforme o titular da pasta, será feita uma saída que ligará diretamente na rua Osvaldo Aranha. "O trajeto vai mudar. Os veículos não vão mais para a rua Sarmento Leite para voltar para a rua Oswaldo Aranha. Isso vai diminuir mais ou menos seis conflitos no trânsito, fazendo com que flua de uma maneira mais direta. Quanto menos conflitos, menos sinaleira, menos tempo na sinaleira, melhor o acesso", conclui.

O projeto está de acordo com o Estudo de Mobilidade do Centro Histórico, realizado pelo executivo em 2022, com o objetivo de apresentar estratégias para a mobilidade na região e sua integração com o entorno.

Hospital de Clínicas reforça assistência a pacientes com câncer

/ SAÚDE

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) inaugurou ontem o Centro Integrado de Oncologia (Cionco), novo espaço destinado ao atendimento de pacientes com câncer. Instalada no 4º andar do Bloco C, a estrutura centraliza diferentes serviços e permitirá ampliar em até 155% o número de consultas oncológicas, além de expandir a oferta de quimioterapia e radioterapia, assim como qualificar a formação profissional.

A implantação foi viabilizada por um investimento de R$ 20 milhões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), repassados ao hospital por meio da Secretaria da Saúde (SES). Do total, aproximadamente R$ 12 milhões foram destinados à aquisição e à instalação de equipamentos, enquanto cerca de R$ 8 milhões foram aplicados na reforma e adequação dos espaços. Com isso, o HCPA passa a ter condições de expandir a oferta de atendimentos, passando de 2.879 para mais de 7,3 mil atendimentos. O novo centro começou a receber pacientes no início deste mês.

Já as sessões de quimioterapia têm potencial de aumento de 112%, passando de 1.213 para cerca de 2.600 procedimentos por mês. Na radioterapia, a ampliação estimada é de 9%, com a média mensal subindo de 1.348 para aproximadamente 1.500 sessões.

Para o diretor-presidente do Clínicas, Brasil Silva Neto, o Cionco representa "um novo marco para a instituição, já que o espaço amplia as condições para a oferta de um atendimento cada vez mais qualificado.